



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

### ATA N.º 29

-----Aos dezanove dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias**-----

-----**Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena** -----

----- **António José dos Santos Gomes** -----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves** -----

----- **José Francisco Calado Banha** -----

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

-----Estiveram ausentes os vereadores Maria de Fátima Branco Roberto Ourives e José Gonçalo Garradas Valente.(doc.01 e 02/29)-----

### -----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS-----

-----De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, foi justificada a falta da vereadora Maria de Fátima Branco Roberto Ourives à presente reunião. -----

### -----SUBSTITUIÇÕES-----

-----De acordo com os artigos 78º e 79º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro foi convocado para substituir a vereadora Maria de Fátima Branco Roberto Ourives, o vereador José Francisco Calado Banha.-----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Teresa Dulce Mendes Batista Caçador.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

### -----ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO -----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----Aprovação da Ata da Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal realizada em cinco de novembro de dois mil e catorze-----

### -----CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA -----

-----Apresentação de Cumprimentos de Início de Funções de Comandante do Regimento de Infantaria N.º 3 de Beja-----

-----STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins - Acordos Coletivos de Empregador Público (ACEP) -----

-----STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins - Resolução aprovada pelo Comité Executivo em 4 de novembro -----

-----Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português - Nota do Partido Comunista Português sobre a Apreciação relativamente às implicações do Orçamento do Estado para 2015 no Distrito de Beja -----

### -----PRESIDÊNCIA-----

-----Proposta de Derrama -----

-----Proposta de Reprogramação Financeira, Física e Temporal da Candidatura INALENTEJO 2007-2013 - Planos Municipais de Emergência para o Baixo Alentejo --

-----Proposta de Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos-----

-----Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Moura e a APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Moura-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Proposta para conhecimento de Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional exercício 2015 da Empresa Herdade da Contenda-----

-----Proposta para conhecimento do Relatório do 1.º Semestre 2014 da Empresa Herdade da Contenda, E.M. -----

### -----DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO -----

-----Proposta de Aprovação de Renovação de duas Bolsas de Estudo "Corino de Andrade" (Mérito Escolar) para o ano letivo de 2014/2015-----

-----Proposta de Aprovação da Lista Provisória para atribuição de uma Bolsa de Estudo para o ensino Secundário Artístico referente ao ano letivo de 2014/2015 -----

-----Proposta de Aprovação de Renovação de quatro Bolsas de Estudo para o Ensino Superior referente ao ano letivo de 2014/2015 -----

-----Proposta de Aprovação da Lista Provisória para atribuição de duas Bolsas de Estudo para o Ensino Superior referente ao ano letivo de 2014/2015 -----

-----Proposta de Aprovação de Isenção ao Pagamento do Passe Escolar para o ano letivo 2014/2015-----

-----Proposta de Renovação do Acordo de Colaboração com a APPACDM de Moura para a integração de seis Utentes da Associação em serviços da Câmara Municipal de Moura-----

-----Proposta de Programa da Festa de Natal dos Filhos dos Colaboradores da Câmara Municipal de Moura-----

-----Proposta de Aprovação de Atribuição de Verba às Unidades de Ensino Estruturado para apoiar a realização de aulas de Hipoterapia nos Agrupamentos de Moura e Amareleja -----

-----Proposta de Aprovação do Programa da Festa de Natal nos Lares e Instituições de Apoio Social-----

-----Proposta de Aprovação de Auxílios Económicos - Subsídio para Livros e Material Escolar para os Alunos do 1.º Ciclo referente ao ano letivo de 2014/2015-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

### -----DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E CONSERVAÇÃO-----

-----Empreitada de Requalificação dos Espaços Públicos da Mouraria em Moura para conhecimento e aprovação da conta final da empreitada-----

### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----Neste período usou da palavra o vereador Francisco Canudo que referindo-se à inclusão de um assunto institucional no *blog* pessoal do Presidente da Câmara relativa à Ribeira da Perna Seca no Sobral da Adiça, em que o mesmo mais uma vez acusa o Partido Socialista da falta de apoio pela não inclusão em PIDAC da obra em causa, frisou ter já existido a oportunidade de trocar impressões sobre as razões que levaram, na altura, o PS em sede de Assembleia da República a não votar favoravelmente a inclusão da obra em PIDAC, e aquilo que a havia impossibilitado, não deixando contudo de reparar que havia de forma reiterada uma preocupação da parte do Presidente em continuar a reescrever este acontecimento. Aludindo que lhe parecia imprudente a colocação da fotografia relativa à ribeira em causa, no referido *blog*, questionou o Presidente se este teria conhecimento da pluviometria ocorrida no dia 13 de novembro na localidade do Sobral da Adiça, porque, em termos gerais, aquilo que seriam os parâmetros de intensidade pluviométrica por hora sugeriam que, entre 1,1mm e 5mm seria considerada - *chuva fraca*; entre 5,1mm e 25mm - *chuva moderada*, entre 25,1mm e 50mm - *chuva forte* e mais de 50mm - *chuva muito forte*. Estes parâmetros mencionou não serem assim tão lineares por existirem outras condicionantes que poderão criar diferenças, lembrando que num estudo publicado pelo INAG no ano 1997, na sequência da célebre cheia ocorrida no Sobral da Adiça, que viria a repetir-se no ano 2009, num período decorrido entre quatro e sete horas teriam existido picos de intensidade de chuva de 15mm em dez minutos, tendo chovido no período referido mais de 120mm na bacia de receção à Ribeira da Perna Seca. Face ao referido questionou que se numa situação pluviométrica parecida e num período de retorno, a situação de cheia não voltaria a ocorrer. Face às questões suscitadas pelo Vereador Francisco Canudo Sena, o Presidente transmitiu que sobre a reiterada afirmação, às decisões, em relação às tomadas de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

posição do Partido Socialista estas, radicariam num facto que aconteceu e se encontrava escrito, quando o PS se encontrava na oposição, havia proposto a inclusão da referida verba no PIDAC, no entanto, quando este partido foi Governo, acabariam por votar contra aquilo que haviam proposto, sendo evidente que, enquanto todo o processo decorria, referiu, faria sempre questão de recordar essa matéria, pela coerência com as posições tomadas relativamente à obra em discussão, considerando ser uma "tristeza absoluta" que uma Câmara Municipal de pequena dimensão tenha sido deixada ao abandono em todo o decurso do processo, que remonta à data de 5 de novembro de 1997. Ainda no uso da palavra o Presidente da Câmara mencionou que o seu *blog* pessoal existia desde o ano de 2008, sendo o seu padrão sempre o mesmo, onde a actividade política se enquadra por esta fazer parte da sua vida pessoal. Ainda no que se refere à Obra de requalificação da Ribeira da Perna Seca em Sobral da Adiça, o Presidente aludiu que a existir uma situação extrema, não haveria qualquer obra ou sistema de drenagem que viesse a corresponder, sendo que os estudos do INAG, bem como todos os efectuados foram os que haviam de servir de base ao projeto, sendo que não competia ao Presidente elaborar cálculos sobre projectos, estando-lhe reservada a aprovação das propostas apresentadas pelos técnicos. Frisou que o projeto em causa foi dos mais vistos e conhecidos por todas as entidades intervenientes. Mais esclareceu o Presidente que, devido possivelmente à falta de luminosidade, a fotografia não apresenta o limite superior, que se situa a mais de meio metro do limite do leito da ribeira, sendo esta fotografia deficiente do ponto de vista da informação que deixa transparecer. Mais acrescentou que, se não tivesse sido a intervenção absolutamente decisiva das Estradas de Portugal para a reconversão daquela ponte e para a reformatação daquele que é o desenho desta, a Câmara Municipal ter-se-ia visto, mais uma vez, numa situação complicada. O Presidente concluiu salientando que esta obra seria uma das mais significativas levadas a cabo neste concelho nas últimas décadas. -----

-----Na sequência da intervenção do Presidente da Câmara, pediu a palavra o vereador Francisco Canudo Sena, para aludir que, ao abordar esta questão considerar imprudente alguma publicitação sobre a obra em discussão, entendia



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

politicamente as razões porque o Presidente as faria, assim como percebia as razões deste ignorar o que havia conduzido o PS a votar contra esta inclusão em PIDAC, no entanto, referiu ter colocado a questão ao Presidente acerca do conhecimento deste sobre o registo de pluviosidade concretamente naquele dia, tendo este declarado não ter conhecimento, elucidando-o que haviam chovido 3mm, no dia seguinte – 14 de novembro – choveram 2mm, pelo que, havendo uma conjugação destes valores, perfazendo os 5mm, o que comparado com o que havia chovido nos anos das cheias, significaria valores muito diferentes, daí a preocupação do Partido Socialista face a uma obra que viu aplicados, um milhão e setecentos mil euros, e da necessidade de alguma prudência sobre a abordagem que se faz a esta questão.-----

-----O Presidente referiu que “o tom coloquial que o vereador utilizava não lhe metia medo” tendo o vereador Francisco Canudo Sena retorquido que “muito lhe satisfazia tal pensamento, por sempre ao longo da sua vida, tudo ter feito para que ninguém o temesse”.-----

----- Ainda no uso da palavra o Presidente afirmou que também teria sido deveras importante e decisiva a colaboração e participação dos vereadores do Partido Socialista na matéria em causa nos mandatos anteriores. -----

-----Seguidamente usou da palavra o vereador António Gomes para colocar uma questão resultante da observação diária, mais concretamente no período da manhã, e que se prendia com o facto do acesso dos peões à Escola Secundária. Referiu que antes da recente intervenção que a escola havia sofrido, esta tinha uma entrada secundária, que funcionava praticamente como principal, pela Rua Engenheiro Armando Almeida Manso a qual deixou de existir, tendo no entanto permanecido a passadeira nesse local mantendo utilidade para todos os crianças e jovens que se dirigem à escola vindos da zona de cima da cidade. No entanto frisou, para as crianças e jovens que acedem à escola vindos da Rua de Santa Justa, essa passadeira em causa já não tem qualquer utilidade, tendo verificado pessoalmente situações de algum risco, com as crianças a tentar atravessar e os carros a circular por vezes a alta velocidade, pelo que, em sua opinião deveria ser equacionada a





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

possibilidade de, ou alterar a colocação da passadeira, ou deixando ficar aquela, proceder-se à colocação de uma nova.-----

-----O Presidente respondeu que a sugestão iria ser tida em linha de conta no âmbito das intervenções que iriam ser realizadas brevemente e, na medida do possível ser considerada como prioritária. -----

-----Seguidamente pediu a palavra o vereador José Francisco Banha para colocar duas questões; sendo a primeira relacionada com a transferência das competências delegadas nas Juntas de Freguesia. Dado que tinha conhecimento da conclusão do processo, questionava, na sequência da deliberação da Assembleia Municipal, e da não aprovação do acordo por parte da Freguesia de Amareleja, saber se ainda estaria aberta a negociação, da existência de propostas e contrapropostas, ou se o ciclo já teria fechado, nomeadamente no que respeita ao Acordo de Execução, que tem por base as negociações; a segunda prender-se-ia com o Centro Social de Amareleja, agradecendo o trabalho e o apoio que a Câmara Municipal tem dado no sentido de se ter conseguido fazer a colectânea de toda a documentação pertencente ao testamento de Francisca Marques Ferro, mas em cujo processo ainda subsistem duas situações pendentes; o imóvel localizado em Braga e um outro terreno denominado “Courela da Granja”, que, segundo indicação da compradora havia sido efectuada promessa de compra e venda no ano 2002/2003, com um valor total de quatro mil euros entregues pela mesma, a qual se encontra a aguardar a entrega do prédio rústico para que seja liquidado o restante valor, pretendo deste modo saber em que fase se encontra actualmente a situação.---

-----Face às dúvidas suscitadas pelo vereador José Banha, o Presidente informou que relativamente às questões relacionadas com a Junta de Freguesia de Amareleja, a Câmara Municipal pretende levar à próxima Assembleia Municipal dois dos documentos que resultaram da negociação com a Junta de Freguesia em causa, concretamente o Contrato Interadministrativo e o Programa de Apoio às Localidades do Concelho. No que concerne ao Acordo de Execução esclareceu o Presidente que a Câmara considerava este processo sempre “em aberto”, não existindo necessidade de dizer que se estaria em situação de bloqueio. Afirmou que existia uma situação que a Câmara considerava clara; o que pertencia às Juntas



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ficaria nas mesmas à semelhança do que já estava assumido anteriormente; aquilo que são delegações a Câmara consideraria em separado, havendo um princípio de continuidade em relação ao que estaria estipulado anteriormente. Aludiu ainda que a lei previa de facto essa afectação, tal implicando um acordo entre as entidades, deixando a sugestão de leitura do artigo 133º da lei 75/2013, deixando ainda bem claro que, as populações de qualquer freguesia nunca serão prejudicadas pela existência ou não de acordos de execução. Quanto ao Centro Social de Amareleja, o Presidente esclareceu que há semelhança do que aconteceu no passado a Câmara Municipal se encontrava disponível para esclarecer todas as dúvidas existentes, salientando o facto da antiguidade do processo ser tal, que alguns documentos não se encontrarem já na posse do Banco de Portugal, tendo todos os outros elementos do processo sido recolhidos com muito esforço do Gabinete Jurídico, dos técnicos da Câmara e com grandes custos, em horas de trabalho, em deslocações. Ainda na sequência das questões suscitadas pelo vereador José Francisco Banha o Presidente esclareceu que acerca do imóvel localizado em Braga o processo passará por uma eventual venda ou tramitação para a posse do Centro Social de Amareleja. No que refere ao prédio rústico referido, a Câmara iria proceder à averiguação sobre o assunto e informar o Centro Social. -----

-----No uso da palavra o vereador José Francisco Banha, após agradecer os esclarecimentos prestados pelo Presidente, julgou oportuno esclarecer que as questões formuladas, se deviam ao facto de, no decurso do processo, ter tomado posse uma nova direcção, que desconhecia os tramites relacionados com este processo. -----

-----Não havendo mais intervenções o Presidente deu como encerrado este período. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----**RESUMO DIÁRIO**-----

-----**DOC. 03/29** -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Foi presente resumo diário n.º 216, da Tesouraria, referente ao dia 18/11/2014, que regista um saldo de 1.858.068,55€, em Operações Orçamentais. ----

### TOMADO CONHECIMENTO

### APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM CINCO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE

-----Após análise e discussão da ata n.º 28 referente à reunião ordinária de 5 de novembro de 2014, foi a mesma colocada à votação e **aprovada com seis votos a favor e uma abstenção do vereador António José dos Santos Gomes por não ter estado presente na reunião.** -----

### CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

### APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DE INÍCIO DE FUNÇÕES DE COMANDANTE DO REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 3 DE BEJA

-----DOC.04/29 -----

-----Foi presente ofício do Coronel de infantaria da Guarda Nacional Republicana – Carlos Fernando Nunes Faria, a apresentar cumprimentos de início de funções de Comandante no Regimento de Infantaria nº 3 em Beja. -----

### TOMADO CONHECIMENTO

### STAL - SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL, EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS - ACORDOS COLETIVOS DE EMPREGADOR PÚBLICO (ACEP)

-----DOC.05/29 -----

-----Foi presente email da Direção do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins (STAL) a dar conhecimento de ofício dirigido ao Secretário de Estado da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Administração Pública acerca dos Acordos Coletivos de Empregador Público (ACEP).-----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----

-----STAL - SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL, EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS - RESOLUÇÃO APROVADA PELO COMITÉ EXECUTIVO EM 4 DE NOVEMBRO-----

-----DOC.06/29-----

-----Foi presente email da Direção do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins (STAL) a enviar a resolução aprovada na reunião do Comité Executivo da Federação Sindical Europeia de Serviços Públicos em 4 de novembro, relativamente aos Acordos Coletivos do Empregador Público.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----

-----GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - NOTA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS SOBRE A APRECIACÃO RELATIVAMENTE ÀS IMPLICAÇÕES DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2015 NO DISTRITO DE BEJA-----

-----DOC.07/29-----

-----Foi presente e-mail enviado pelo Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, Pedro Ramos a divulgar a Nota do Partido Comunista Português sobre a apreciação relativamente às implicações do orçamento do estado para 2015 no distrito de Beja.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----

-----PRESIDÊNCIA-----

-----PROPOSTA DE DERRAMA-----

-----DOC.08/29-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Foi presente proposta subscrita pelo Presidente, a submeter à apreciação do Órgão Executivo, a fixação da seguinte derrama respeitante ao ano 2014:-----

- 1,5 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC) ao abrigo do n.º1 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;-----

- 0.5% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150 000,00 € ao abrigo do nº 4 do artigo 18º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.-----

-----No âmbito do documento supramencionado, o Presidente informou que a proposta inicial sido mantida porque apesar das insistências pessoais feitas junto do Partido Social Democrata para que houvesse uma clarificação do que devia ser feito porque a mesma tal como se apresentava não teria enquadramento legal, até ao momento não tinha obtido qualquer resposta. Esclareceu que a Câmara tinha necessariamente que aprovar uma Proposta de Derrama, pelo que a mantinha como estava, independentemente de existir a possibilidade de voltar a reunir ou poder voltar a agendar uma reunião de Câmara extraordinária, com a finalidade de reavaliar a matéria em discussão. Transmitiu que aquilo que a Câmara solicitava à entidade proponente foi que clarificasse quais os limites que no fundo achava que esta matéria devia ser apresentada para posterior discussão, tendo sido entregue uma missiva do Dr. Humberto Nixon da Comissão Política do Partido Social Democrata, a solicitar uma reunião no decurso da semana.-----

-----Pedi a palavra o vereador Francisco Canudo Sena, que manifestou estranheza face à proposta do executivo, a qual não teve em atenção o que havia sido praticamente consensualizado em sede de Assembleia Municipal, sabendo-se que, quer o Partido Socialista, quer a Coligação Democrática Unitária, quer o Partido Social Democrata de forma simples e natural, estavam convictos da existência de vantagens para o concelho e para o seu desenvolvimento, podendo ainda contribuir para a empregabilidade, a criação de um terceiro escalão que no fundo seria o *escalão de isenção*, no qual fossem consideradas as empresas que se instalassem e que durante um



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

período de três anos garantissem pelo menos três postos de trabalho. Nesse sentido, não sendo a proposta em causa do PS, e, não tendo contudo o PSD assento nesta Câmara Municipal, o Partido Socialista em aditamento à presente proposta do executivo deixava a sugestão de criação do terceiro escalão que passaria pela isenção deste tipo de empresas. -----

-----O Presidente aludiu que, os documentos para a presente reunião de Câmara, não haviam seguido todos no mesmo dia, tendo o assunto da derrama sido agendado sob o desconhecimento do que poderia acontecer. Mais esclareceu o presidente ter trocado vários *emails* durante todo o fim-de-semana com o Partido Social Democrata no intuito de saber como ficaria este assunto ou se havia alguma contraproposta para ser apresentada, dado que à segunda-feira, existe a necessidade do envio dos documentos em falta à vereação. Já no que à isenção diria respeito, o Presidente aludiu parecer-lhe demasiado arriscado que se considerasse a isenção sob essa forma “pura e dura”, solicitando que se tivesse em atenção, não só aquilo que seria o previsto na lei como aquilo que seriam as consequências de uma isenção total, mais esclarecendo que os valores mencionados na proposta pretendida pelo Partido Social Democrata, implicavam no fundo uma distribuição por empresas na ordem dos cinquenta a sessenta euros anuais, pelo que vislumbrava com extrema dificuldade, a sua concretização, à semelhança da matéria do IRS, não acreditando que exista qualquer empresa que melhorasse o seu “*performance*” com estes valores, frisando mais uma vez que manteria a proposta tal como esta se apresentava. -----

-----O vereador Francisco Canudo frisou que os vereadores do Partido Socialista tinham sobre a matéria uma opinião diferente, considerando que um escalão de isenção de zero por cento para empresas que se instalem com sede social no concelho, durante os primeiros três anos, que criem mais do que três postos de trabalho, não viriam de nenhuma forma contribuir para uma diminuição da receita da Câmara Municipal, podendo vir a dinamizar a empregabilidade e o desenvolvimento, manifestando ter conhecimento da existência de municípios que não cobram taxa de derrama, existindo ainda



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

outros que tem derrama específica em determinadas áreas. Finalizou referindo que tendo como aceite que o Presidente não aceitará este aditamento, por uma questão de coerência política, os eleitos do partido socialista iriam votar contra a presente proposta. -----

-----O Presidente alertou seguidamente para uma questão que lhe pareceria ser pertinente, no âmbito daquilo que são as isenções e que tinha a ver com a questão da sede social das empresas, justificando que no concelho de Moura, tendo em conta essa premissa, apenas tinham sido criados três postos de trabalho, dessa situação, a última coisa que o Presidente da Câmara Municipal pretendia seria que o concelho de Moura fosse “barriga de aluguer” para a constituição de empresas. -----

-----DELIBERADO, COM TRÊS VOTOS A FAVOR, TRÊS VOTOS CONTRA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA E COM O VOTO DE QUALIDADE DO PRESIDENTE DA CÂMARA, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA RELATIVA À FIXAÇÃO DA DERRAMA PARA O ANO DE 2015. -----

-----DELIBERADO AINDA SUBMETER O ASSUNTO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

-----PROPOSTA DE REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, FÍSICA E TEMPORAL DA CANDIDATURA INALENTEJO 2007-2013 - PLANOS MUNICIPAIS DE EMERGÊNCIA PARA O BAIXO ALENTEJO -----

-----DOC.09/29 -----

-----Atendendo à justificação da proposta de reprogramação remetida pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, através de ofício enviado a esta Câmara Municipal à data de 12/11/2014, foi presente proposta de Reprogramação Financeira, Física e Temporal de Candidatura ao INALENTEJO 2007.2013 – Planos Municipais de Emergência para o Baixo Alentejo, nos termos e com os fundamentos da informação nº 19 de 12/11/2014 do Gabinete de Proteção Civil. -----

-----No uso da palavra o vereador Francisco Canudo Sena manifestou a sua discordância com a proposta supramencionada, por existirem duas atividades



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

que se encontravam excluídas desse programa, tal não se justificando, dada a importância de que as mesmas se revestiriam, e seriam elas; as acções de divulgação e sensibilização, uma vez que em sua opinião, um Plano de Emergência que não seja do conhecimento daqueles a quem o mesmo se destina, não faria qualquer sentido, considerando que qualquer Plano só se revelaria bom ou mau depois de ser testado.-----

-----DELIBERADO, COM TRÊS VOTOS A FAVOR, TRÊS VOTOS CONTRA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA E COM O VOTO DE QUALIDADE DO PRESIDENTE DA CÂMARA, APROVAR A PROPOSTA DE REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, FÍSICA E TEMPORAL DE CANDIDATURA AO INALENTEJO 2007.2013 – PLANOS MUNICIPAIS DE EMERGÊNCIA PARA O BAIXO ALENTEJO, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO Nº 19 DE 12/11/2014 DO GABINETE DE PROTEÇÃO CIVIL. -----

-----PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS-----

-----DOC.10/29 -----

-----Foi presente proposta de Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E REMETER A MESMA À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA E A APPACDM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE MOURA -----

-----DOC.11/29 -----

-----Em 13 de Setembro de 2013, foi presente, para apreciação o Acordo de Colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal de Moura e a A.P.P.A.C.D.M. de Moura, com vista à atribuição de uma comparticipação financeira de cento e quarenta e cinco mil euros para compensação do investimento realizado no Edifício





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Conde Ferreira, propriedade da Câmara Municipal. Tendo em conta que o referido acordo refere na cláusula I, nº2, que a comparticipação financeira seria paga em três tranches, a realizar a primeira até ao final de 2013, a segunda no primeiro trimestre de 2014 e a última no segundo trimestre de 2014, e mostrando-se inviável o cumprimento da referida cláusula, face à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso e ainda aos fundos disponíveis, foi presente proposta de alteração da mesma no sentido de que comparticipação financeira seja paga até ao final do ano de 2015, de forma faseada, e de acordo com a disponibilidade dos fundos para o efeito. --

-----Relativamente à proposta apresentada, o vereador António Gomes questionou face ao incumprimento por parte da Câmara Municipal daquilo que estava previsto no acordo inicial, se a alteração em apreciação, a qual previa um protelamento de transferência das verbas para a APPACDM tinha o acordo da instituição em causa. À questão formulada, o Presidente respondeu que a Câmara, a manter o acordo tal como este se apresentava, teria muita dificuldade em proceder ao pagamento, por não existir a hipótese de mobilizar fundos disponíveis suficientes para fazer face ao valor de quarenta e oito mil e trezentos euros, pelo que a alternativa passaria por submeter esta proposta à APPACDM, a qual se pressupõe não ser por essa entidade rejeitada, porque essa forma de alteração serviria e garantiria que a Câmara cumpria aquilo que de outra forma não seria de todo possível. -----

-----Agradecendo o esclarecimento feito pelo Presidente da Câmara, o vereador António Gomes fez saber que os vereadores do Partido Socialista não iriam votar favoravelmente esta questão, porque significaria estar a fazê-lo à revelia de uma das partes envolvidas no acordo.-----

-----DELIBERADO, COM TRÊS VOTOS A FAVOR, TRÊS VOTOS CONTRA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA E COM O VOTO DE QUALIDADE DO PRESIDENTE DA CÂMARA, APROVAR A ALTERAÇÃO À CLÁUSULA I, Nº 2 DO ACORDO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA E A APPACDM DE MOURA, NO SENTIDO DA



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA SEJA PAGA, NOS TERMOS DA  
INFORMAÇÃO DA DADGFRH DATADA DE 13/11/2014. -----

-----PROPOSTA PARA CONHECIMENTO DE PARECER DO FISCAL ÚNICO  
SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL EXERCÍCIO 2015 DA  
EMPRESA HERDADE DA CONTENDA -----

-----DOC.12/29 -----

-----Foi presente, para conhecimento, proposta de parecer do fiscal único sobre  
os instrumentos de gestão previsional exercício 2015 da empresa Herdade da  
Contenda, E.M.. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, TOMAR CONHECIMENTO. -----

-----PROPOSTA PARA CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DO 1.º SEMESTRE  
2014 DA EMPRESA HERDADE DA CONTENDA, EM. -----

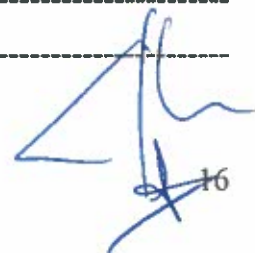
-----DOC.13/29 -----

-----Foi presente, para conhecimento, Relatório do 1.º semestre 2014 da  
empresa Herdade da Contenda, EM.-----

-----O vereador António Gomes pediu a palavra para colocar duas questões  
relativamente às contas apresentadas no Relatório do 1º semestre da Herdade  
da Contenda, manifestando estranheza pela duplicação do passivo de  
sessenta e oito a cento e trinta e seis mil euros por força de mais do que  
duplicação da rubrica "Outras contas a pagar". Tratando se de contas parciais,  
referiu, que esperava que esta fosse uma situação pontual, não tendo a ver  
com dificuldades financeiras da empresa; a outra questão, e estando o ano a  
terminar, sendo obrigação das empresas municipais apresentarem à Câmara  
as contas semestrais não compreendia o facto da Empresa Lógica ainda não o  
ter feito. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, TOMAR CONHECIMENTO. -----

-----DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO -----



16



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE DUAS BOLSAS DE ESTUDO "CORINO DE ANDRADE" (MÉRITO ESCOLAR) PARA O ANO LETIVO DE 2014/2015-----

-----DOC.14/29 -----

-----Foi presente para apreciação proposta subscrita pelo vereador Joaquim Simões, de renovação da Bolsa de Estudo "Corino de Andrade" (Mérito Escolar) para o ano lectivo de 2014/2015.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RENOVAÇÃO DA BOLSA DE ESTUDO "CORINO DE ANDRADE" (MÉRITO ESCOLAR) A DINA ISABEL BARRADAS COUTINHO E VITOR DANIEL PINCHO VALÉRIO, PARA O ANO LECTIVO DE 2014/2015.-----

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA LISTA PROVISÓRIA PARA ATRIBUIÇÃO DE UMA BOLSA DE ESTUDO PARA O ENSINO SECUNDÁRIO ARTÍSTICO REFERENTE AO ANO LETIVO DE 2014/2015-----

-----DOC.15/29 -----

-----Foi presente proposta subscrita pelo vereador Joaquim Simões, no âmbito do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Artístico a aprovação da Lista Provisória para a atribuição de uma bolsa de estudo para o Ensino Secundário Artístico a Pedro Guilherme Moreno Beirão, referente ao ano letivo 2014/2015.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE UMA BOLSA DE ESTUDO PARA O ENSINO SECUNDÁRIO ARTISTICO A PEDRO GUILHERME MORENO BEIRÃO, PARA O ANO LETIVO 2014/2015.-----

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE QUATRO BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR REFERENTE AO ANO LETIVO DE 2014/2015-----

-----DOC.16/29 -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Foi presente proposta subscrita pelo vereador Joaquim Simões a submeter à apreciação a renovação de quatro Bolsas de Estudo para o Ensino Superior referente ao ano lectivo de 2014/2015. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RENOVAÇÃO DE QUATRO BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR REFERENTE AO ANO LECTIVO DE 2014/2015.** -----

-----**PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA LISTA PROVISÓRIA PARA ATRIBUIÇÃO DE DUAS BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR REFERENTE AO ANO LETIVO DE 2014/2015**-----

-----**DOC.17/29** -----

-----Foi presente proposta subscrita pelo vereador Joaquim Simões a submeter à apreciação a lista provisória para atribuição de duas Bolsas de Estudo para o Ensino Superior referente ao ano letivo 2014/2015.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A LISTA PROVISÓRIA PARA ATRIBUIÇÃO DE UMA BOLSA DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR REFERENTE AO ANO LETIVO 2014/2015.**-----

-----**PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ISENÇÃO AO PAGAMENTO DO PASSE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO 2014/2015**-----

-----**DOC.00/29** -----

-----No âmbito de anterior informação da DASSE, foi presente proposta subscrita pelo vereador Joaquim Simões a submeter à apreciação do órgão executivo, a Isenção ao Pagamento do Passe Escolar para o ano lectivo 2014/2015.-----

-----**DOCUMENTO RETIRADO .**-----

-----**PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO COM A APPACDM DE MOURA PARA A INTEGRAÇÃO DE SEIS UTENTES DA ASSOCIAÇÃO EM SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA**-----

-----**DOC.18/29** -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----No âmbito do Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Moura e a APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, foi presente proposta de integração de seis utentes da APPACDM de Moura em serviços desta Câmara Municipal.-----

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DE SEIS UTENTES DA APPACDM DE MOURA EM SERVIÇOS DESTA CÂMARA MUNICIPAL.-----**

**-----PROPOSTA DE PROGRAMA DA FESTA DE NATAL DOS FILHOS DOS COLABORADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA -----**

**-----DOC.19/29 -----**

-----Foi presente proposta subscrita pelo vereador Joaquim Simões, a submeter à aprovação do Órgão Executivo, a realização da Festa de Natal para os filhos dos colaboradores da Câmara a realizar em colaboração com a Associação Cultural e Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Moura, nos termos da informação da DASSE de 07/11/2014. -----

**-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA RELATIVA À FESTA DE NATAL PARA OS FILHOS DOS COLABORADORES DA CÂMARA A REALIZAR EM CONJUNTO COM A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO DA DASSE DE 07/11/2014.-----**

**-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE VERBA ÀS UNIDADES DE ENSINO ESTRUTURADO PARA APOIAR A REALIZAÇÃO DE AULAS DE HIPOTERAPIA NOS AGRUPAMENTOS DE MOURA E AMARELEJA---**

**-----DOC.20/29 -----**

-----Dando continuidade à política de verba do Programa MAIS EDUCAÇÃO, foi presente proposta de atribuição de verba às Unidades de Ensino Estruturado, para apoiar a realização de aulas de Hipoterapia nos Agrupamentos de Moura e Amareleja.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE VERBA ÀS UNIDADES DE ENSINO ESTRUTURADO, PARA APOIAR A REALIZAÇÃO DE AULAS DE HIPOTERAPIA REFERENTE ÀS UNIDADES DE MOURA E AMARELEJA NUM TOTAL DE 2.152€.-----

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROGRAMA DA FESTA DE NATAL NOS LARES E INSTITUIÇÕES DE APOIO SOCIAL-----

-----DOC.21/29 -----

-----No âmbito do trabalho desenvolvido pela autarquia na área da solidariedade social, foi presente proposta do vereador Joaquim Simões, relativa ao programa de actividades previstas para a comemoração da época natalícia nas instituições de apoio social, nos termos da informação nº49 de 21/11/2014 da DASSE. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO PROGRAMA DE ACTIVIDADES PREVISTAS PARA A COMEMORAÇÃO DA ÉPOCA NATALÍCIA NAS INSTITUIÇÕES DE APOIO SOCIAL NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO Nº49 DE 11/11/2014 DA DASSE. -----

-----PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS - SUBSÍDIO PARA LIVROS E MATERIAL ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO 1.º CICLO REFERENTE AO ANO LETIVO DE 2014/2015-----

-----DOC.22/29 -----

-----No âmbito das competências da Câmara Municipal, definidas na Lei nº75/2013 de 12 de Setembro, alínea d) do artigo 23º e alínea h) do artigo 33º, foi presente proposta para aprovação dos Auxílios económicos – subsidio para livros e material escolar, para os alunos do 1º ciclo, referente ao ano letivo 2014/2015. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA PARA APROVAÇÃO DOS AUXÍLIOS ECONÓMICOS – SUBSIDIO PARA LIVROS E MATERIAL ESCOLAR, PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO, REFERENTE AO ANO LETIVO 2014/2015. -----

-----DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E CONSERVAÇÃO-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA MOURARIA EM MOURA PARA CONHECIMENTO E APROVAÇÃO DA CONTA FINAL DA EMPREITADA -----

-----DOC.23/29 -----

-----No âmbito do concurso público nº10/2010 referente à Empreitada de requalificação dos espaços públicos da Mouraria em Moura, foi presente proposta a aprovação da conta final da empreitada. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A CONTA FINAL DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA MOURARIA EM MOURA . -----

-----PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO -----

-----Neste período não se registaram intervenções. -----

-----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

-----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezoito horas. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 19 de novembro de 2014

PRESIDENTE: \_\_\_\_\_

SECRETÁRIO: \_\_\_\_\_

Ata n.º 29 da Reunião de Câmara de 19 de novembro de 2014